

# SEMINÁRIO O TRABALHO DA MULHER



“A libertação da Mulher, liberta o Homem e a Sociedade”

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

8 e 9 de maio de 1984  
Auditório Nereu Ramos – Anexo II

ARTIGO

## **MULHERES NA POLÍTICA: MYRTHES BEVILÁCQUA CORRADI E LUZIA ALVES TOLEDO NO PODER LEGISLATIVO – 1980 A 2018**

*Leandro Da Silva Lunz*

*Mestre em História Social das Relações Políticas -UFES.  
Professor da rede estadual de ensino do Espírito Santo –  
SEDU.*



## Resumo

Neste estudo analisamos a participação política de Myrthes Bevilacqua Corradi, no Congresso Nacional, e de Luzia Alves Toledo, no Senado e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no período entre os anos de 1980 a 2018. Com tal pesquisa, procuramos reconstruir a trajetória política dessas mulheres e suas contribuições em um campo de atuação predominantemente caracterizado pelo poder masculino. Assim sendo, resgatamos a história da participação feminina na política e investigamos de que forma a participação e a atuação delas representaram os interesses sociais das mulheres, descrevendo sobre quais foram as circunstâncias que dificultaram a inserção e o desempenho de mulheres na política institucionalizada no Brasil, tendo como foco principal o caso do Estado do Espírito Santo. O exercício desse resgate teve como suporte metodológico principal a História Oral, através de entrevistas e leituras das proposições. Deste modo, articulamos a análise aos debates contemporâneos sobre a participação política, de um lado, e a história de mulheres, feminismo e relações de gênero, de outro.

**Palavras-chave:** Participação Feminina, Trajetória Política, Espírito Santo.

## Mulheres no exercício político espírito-santense.

O direito ao exercício do voto foi conquistado pelas mulheres na década de 30 do século XX, com a promulgação do Decreto nº 21.076, ocorrido no governo de Getúlio Vargas no ano de 1932. Entretanto, o voto feminino estava condicionado a certas condições, ou seja, somente as mulheres casadas com autorização dos maridos e mulheres solteiras ou viúvas que possuísem renda própria poderiam exercer o direito de votar e serem eleitas. Nesse mesmo período, Carlota Pereira de Queiroz<sup>1</sup> foi a primeira mulher eleita

## Abstract

In this study we analyze the political participation of Myrthes Bevilacqua Corradi in the National Congress and Luzia Alves Toledo in the Senate and the Legislative Assembly of Espírito Santo, during the corresponding period from 1980 to 2018. Through this research we seek to reconstruct the political trajectory of these women and their contributions in a field predominantly characterized by male power. Thus, we rescued the history of female participation in politics and investigated how their participation and performance represented the social interests of women, describing the circumstances that made it difficult for women to enter and perform in institutionalized politics in Brazil, focusing on the particularly on the state of Espírito Santo. This research utilized oral history as a methodological support, through interviews and readings of the propositions. In this way, we articulate the analysis to contemporary debates on political participation, on the one hand, and on the history of women, feminism and gender relations, on the other.

**Keywords:** Female Participation, Political Trajectory, Espírito Santo.

para a Câmara dos Deputados, no Brasil e, também, a primeira no contexto latino-americano. A história da trajetória da presença feminina no ambiente político brasileiro é marcada por avanços e retrocessos, sendo que o Brasil foi o quarto país no continente americano a assegurar o direito de voto às mulheres. Entretanto, somente em 1946 o direito ao voto foi equiparado para ambos os sexos.

No Brasil, é bem evidenciado que as mulheres são menos presentes nos espaços de decisões políticas do que os homens e, conseqüentemente, exercem

to brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz. *Plenarium*, Brasília, v.1, n.1, p. 240-246, 2004.

menor autoridade e menos poder político. Miguel e Biroli (2011) afirmam que pode ser somado a este cenário político a situação de desigualdade feminina, que ainda é manifestada no mercado de trabalho, na representação da mídia e na disposição dos recursos econômicos. Em relação à inserção das mulheres no espaço do poder legislativo, Azevedo e Rabat, (2011) mostram que no período que se estende entre 1932 e 1985 ocorreram onze pleitos eleitorais e somente trinta e uma deputadas federais foram eleitas. Apenas após o ano de 1986 as mulheres conseguiram um maior espaço no campo legislativo e, apesar disso, na maioria deste espaço, o número de mulheres eleitas encontrava-se abaixo de 10 pontos percentuais.

A história política do Espírito Santo seguiu um roteiro similar ao que ocorreu no restante do país, fato que fica evidente ao analisar a participação de algumas mulheres que ousaram adentrar este espaço por portas tão estreitas. A trajetória política das mulheres tem sido um referencial para a compreensão das barreiras existentes ao acesso ao campo político, bem como tem demonstrado que é preciso enfrentar barreiras para que as vozes femininas ganhem espaços na sociedade e as mulheres se sintam representadas. A conquista do espaço político por algumas mulheres demonstra que é possível fazer política em um ambiente no qual as mulheres não são bem vistas. Ao longo dos anos, foram travadas várias lutas contra o discurso social machista, que é o reflexo de uma sociedade caracterizada pelo modelo patriarcal.

## Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo: trajetórias

As mulheres no Espírito Santo enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais inerentes ao processo de incorporação feminina na política. Estas dificuldades ocorreram, e ocorrem, em virtude de as mulheres pertencerem historicamente a uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política

ficou restrita a um assunto masculino, e muito vagarosamente conquistaram o direito à participação e à representação política. O campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos homens, uma vez que o fato de “Ser Mulher” encontra-se carregado de simbolismo de subalternidade que dificulta o acesso feminino às esferas do poder político. Desafiando este poder, Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo, cujas trajetórias e produções políticas são objetos deste estudo, entraram na política legislativa espírito-santense

Myrthes Bevilacqua Corradi nasceu em Vitória, no dia 03 de fevereiro de 1939, sendo a filha mais velha, de cinco irmãos, de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua. Concluiu o ensino primário no estado de Minas Gerais e, de volta ao Espírito Santo, estudou na Escola Normal Pedro II, que funcionava ao lado esquerdo do Palácio Anchieta, onde é hoje a escola Maria Ortiz, obtendo o diploma de normalista. Iniciou sua carreira como professora particular. Com o passar do tempo, começou a substituir professoras que já atuavam na rede educacional, até que, por meio de um concurso público, foi aprovada e tornou-se professora efetiva da rede pública da educação estadual. Em 1957, apenas com 18 anos de idade, assumiu um cargo público na esfera administrativa do poder executivo estadual, trabalhando na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, localizada no Palácio Anchieta, sede do governo.

Segundo Souza (2014), sua atuação chamou a atenção do secretário de educação que a convidou para ser assessora no gabinete da Secretaria de Educação, exercendo a função por alguns anos, o que a oportunizou a desenvolver um capital de relações com diversos representantes políticos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Fez seu curso de Direito na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrou o Centro Acadêmico e, neste local, pôde conhecer outras figuras de destaque do cenário estadual, tais como José Ignácio Ferreira, que foi eleito governador do Espírito Santo, em 1999. Neste período, chegou a participar como estudante

<sup>1</sup> Sobre Carlota de Queiroz ver: ORIÁ, Ricardo. Mulheres no parlamen-

da União Democrática Nacional (UDN) e de várias assembleias de estudantes. Apesar de concluir o curso de Direito, não exerceu a função de advogada, optando por dedicar sua vida profissional especialmente à educação.

Foi durante o contexto da ditadura militar que Myrthes Bevilácqua Corradi sentiu a necessidade de se mobilizar politicamente, tornando a mobilização um projeto político necessário à sua vida. Associada à União dos Professores Primários do Espírito Santo<sup>2</sup> (UPPE), foi convidada para compor o Conselho e, de acordo com Damartini (2016), sua militância pelos direitos dos professores criou as condições para que Myrthes Bevilácqua Corradi fosse escolhida presidente da instituição, exercendo a função por dois mandatos: de 1973 a 1977 e de 1977 a 1981. Damartini (2016) enfatiza que o contexto político da ditadura militar vivido no período da gestão de Myrthes Bevilácqua Corradi à frente da UPPE, e a sua constante luta na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação da rede capixaba, fez com que a professora fosse taxada de subversiva por Edson Machado – líder da Assembleia Legislativa no período do governo de Elcio Álvares – e que fosse criado, pela Polícia Política Capixaba, um dossiê individual com 147 páginas de documentos.

Fagundes e Angelo (2014) explicam que a estrutura repressiva que foi criada no Espírito Santo, mais do que controlar os subversivos, tinha como objetivo silenciar e impedir manifestações públicas. Entre os grupos mais vigiados nas terras capixabas destacam-se os militantes das instituições sindicais, os movimentos estudantis, membros da imprensa alternativa e participantes dos partidos políticos. A chegada de Myrthes Bevilácqua Corradi na UPPE, segundo Soares (2005), trouxe uma profissionalização ao ma-

gistério capixaba. A intensidade do seu trabalho deu uma significação à atuação do magistério, fortalecendo a categoria. Sua atuação à frente da entidade teve o cuidado de evitar o confronto com as autoridades e de conseguir trazer as lutas e demandas do magistério para o centro das discussões, possibilitando uma visibilidade por parte da mídia e da sociedade capixaba. Como afirma Damartini (2016), as visitas realizadas pelo interior do Estado permitiram que a presidente da UPPE apresentasse ao magistério uma nova entidade, mais próxima e atenta às demandas dos professores, sendo legitimada como um canal de diálogo entre os educadores e o governo.

Em sua gestão à frente da UPPE, o magistério capixaba manteve diálogo com outros movimentos de trabalhadores, tanto da iniciativa privada como de profissionais liberais, participando de forma ativa da organização da Frente Sindical no Estado. Nas reuniões que foram realizadas em busca de articular a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era comum a participação dos professores, sendo que na maioria das vezes a única liderança feminina que participava das mesas era a presidente Myrthes Bevilácqua Corradi. Na realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT-ES), ocorrido em 1981, a União dos Professores levou uma grande delegação ao encontro, reforçando a ligação entre o magistério capixaba com os demais trabalhadores. Damartini (2016) destaca que a publicação do caderno especial, em 28 de outubro de 1980, pelo jornal *A Tribuna*<sup>3</sup>, intitulado “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, aponta Myrthes Bevilácqua Corradi como a grande liderança que a classe teve nos últimos 50 anos. Sua atuação e importância foram reconhecidas não somente pelos 18 mil professores que integravam o quadro do magistério, mas também pela classe política e pela comunidade de um modo geral, dentro e fora do Estado.

Souza (2014) descreve que o trabalho realizado por Myrthes Bevilácqua, ao longo dos oito anos em que esteve à frente da UPPE, permitiu a transformação da entidade em uma grande classe que passou a ser respeitada e capaz de fazer mobilizações nunca antes pensadas para uma categoria que nasceu da classe média. Ainda nas palavras da autora, foi a atuação à frente da UPPE que deu as condições para a impulsionar e o fortalecimento da candidatura de Myrthes Bevilácqua Corradi à Câmara dos Deputados, em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, conseqüentemente, de sua eleição, fazendo com que ela se tornasse a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal, atuando em um cenário composto majoritariamente por homens.

A participação de mulheres na política do Espírito Santo também encontra uma forte referência na pessoa de Luzia Alves Toledo. Nascida em 05 de janeiro de 1942, no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo, Luzia Alves Toledo é filha dos trabalhadores rurais José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição. Com seis anos de idade ficou órfã de pai, e sua mãe, sem condições financeiras para oferecer uma vida de oportunidades, permitiu que sua filha fosse criada pelo então prefeito da cidade de Mimoso do Sul, Rubens Rangel, e por sua esposa, Helena Di Giorgio Rangel. Apesar de não ter sido oficialmente adotada, foi criada como se fosse filha do casal, *lôcus* no qual passou a conviver com o cotidiano político ao qual o pai de criação estava inserido. cursou o ensino médio no Colégio Estadual e na Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi, na cidade de Mimoso, tornando-se, mais tarde, professora e diretora da Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi. Luzia Alves Toledo deu seguimento aos seus estudos e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito. Com o diploma do curso de Direito exerceu por quase vinte anos a função de advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), até a decisão de dedicar-se exclusivamente à carreira política.

Filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi uma das colaboradoras para a funda-

ção deste Partido no Espírito Santo, em 1988. Como membro integrante do partido, desempenhou várias atividades, tendo sido a primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional; delegada do Diretório Nacional; primeira vice-presidenta da Executiva Regional, sendo escolhida à presidência da sigla na terceira Convenção do Partido e, como tal, incentivou a criação do PSDB Mulher, do PSDB Jovem e do PSDB da Melhor Idade, no estado. Foi eleita vereadora pelo município de Vitória por dois mandatos (1989 -1992 e 1993 - 1996), sendo que em seu segundo mandato, a convite do Governador da época Vitor Buaiz (1995-1999), comandou a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo, em Brasília. Em 1996, concorreu como vice-prefeita na chapa do candidato a prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas e, com a eleição da chapa, assumiu o comando da prefeitura em diversas oportunidades.

Ainda filiada ao PSDB, foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos e, no ano de 1999, entrou para a História política do Estado como a primeira mulher Senadora do Espírito Santo, ao assumir a vaga de José Ignácio, que havia abdicado do cargo por ter sido eleito governador do Estado. Em sua atuação como Senadora, se tornou a primeira mulher da sigla do PSDB a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Seu mandato durou aproximadamente um ano e meio, o que não a impediu de ter sido a recordista em proposições na casa, pois apresentou cerca de sessenta e duas proposições.<sup>4</sup> A convite do Governador da época José Ignácio (1999 – 2002), abdicou do mandato de senadora para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, assumindo logo depois a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes. Sua trajetória política e as experiências consolidadas ao longo dos anos como vereadora, senadora e secretária em algumas pastas do poder executivo, permitiu colocar seu nome para concorrer ao pleito de 2002 como candidata à

2 No ano de 1979, a UPPE passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e em 1989 a entidade foi transformada em sindicato, passando a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. História. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/historia/> Acesso em janeiro de 2017.

3 *A Tribuna*, 28/10/1980, p. 215. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

4 Fonte: Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

deputada estadual na ALES, conquistando uma votação superior aos dezesseis mil votos, o que não foi suficiente para sua eleição, ficando como primeira suplente do partido. Dois anos após a eleição, com a saída de Gilson Amaro, titular ocupante do cargo de deputado, que havia sido eleito prefeito de Santa Teresa, Luzia Alves Toledo assumiu a vaga de deputada estadual. Após sua inserção na casa legislativa, foi reeleita por mais três mandatos (2006/2010, 2010/2014, 2014/2018), dando ênfase na sua atuação às questões sociais, desenvolvendo diversos projetos de leis, dedicados em especial ao atendimento das demandas das mulheres capixabas.

Ao escrever sobre a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História Política das mulheres espírito-santenses, é importante destacar o pensamento de Perrot (2012), ao afirmar que em diversas sociedades o silêncio e a invisibilidade das mulheres fazem parte da ordem social, além de observar que a atuação de algumas mulheres nessa trajetória de luta por direitos, contribuiu para a construção da democracia e cidadania no Brasil.

### Atuação política de Myrthes Bevilácqua Corradi no poder legislativo do Congresso Nacional

Myrthes Bevilácqua Corradi conta que seu interesse pela política começou a despontar na Escola Normal Pedro II, hoje denominado Ginásio Maria Ortiz, localizado em Vitória, quando fez parte do Clube de Leitura da Escola Normal (CLEN), no qual os estudantes usufruíam de grande liberdade de expressão. No entanto, destaca que foi seu pai quem teve importância fundamental no desenvolvimento e solidificação pelo seu interesse político, pois conversava abertamente sobre assuntos políticos com todos os filhos e filhas. Chama atenção para o fato da participação das filhas ser permitida nessas conversas em casa, inclusive eram incentivadas a manifestarem seus pontos de vistas sobre os assuntos discutidos. Segundo ela,

Papai sentava à mesa, na sala, e falava de política contra o governo na época. Papai era lacerdista, falava contra o governo e não mandava a gente ir para a cozinha fazer café como os outros pais mandavam, porque mulher naquele tempo fazia café para os homens que estavam na sala. Papai queria a presença da gente. Queria também saber o que a gente achava daquilo que estava acontecendo (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Ainda como estudante da Escola normal, Myrthes Bevilácqua Corradi participou da União dos Estudantes Secundaristas (UES) e também foi colaboradora da União Nacional dos Estudantes (UNE), na ocasião em que ocorriam as reuniões nas quais se discutia sobre a política estudantil no Espírito Santo. Já na faculdade de Direito, no fim da década de 1950, ela participava das reuniões políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como “tarefeira”. Nesse período, o PCB apoiou o Marechal Lott para a presidência do Brasil, por entender que Jânio Quadros não era equilibrado e, portanto, não teria condições de exercer com competência o mandato. Ao terminar o curso de direito, no ano de 1962, encontrava-se noiva fazendo o seu enxoval e, segundo ela, seu ex-marido

Trabalhava na Vale do Rio Doce. Ele era um homem muito católico. Ele era congregado mariano e não aceitava o comunismo. Afastou-me de tudo. Como eu era apaixonada por ele e fazia tudo que ele queria, me afastei. Casei em janeiro de 1965 [...], então o ano de 1964 eu não enxerguei, enxergava antes. No ano de 1964 eu estava tão apaixonada que não vi o golpe. Eu estava bordando, fazendo o enxoval. Cuidando das coisas femininas que as mulheres faziam na época (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Em 1966, teve sua primeira filha, em 1967, nasceu seu filho e, em 1970, nasce sua outra filha. Ao longo desses anos adotou uma postura de mãe, o que a

manteve afastada dos acontecimentos políticos. Myrthes Bevilácqua Corradi, ao narrar os acontecimentos que antecederam seu casamento e os anos em que desenvolveu o papel de esposa e mãe, corrobora com a análise na qual a mulher pertencia a um papel de subordinação e inferioridade em relação ao homem. Esta construção da ideologia patriarcal contribuiu, em grande dimensão, para o afastamento das mulheres dos espaços de poder, impulsionando-as para o exercício de vida mais contido e recatado. Para Nader (2001), essa contradição no interior da sociedade determina os destinos e os direitos do homem e da mulher. Como afirmado por Myrthes Bevilácqua Corradi, cabia à mulher o domínio do lar, e ao homem o acesso ao mundo público e ao trabalho produtivo.

No ano de 1972, quando uma senhora a visitou em sua casa e solicitou a utilização do telefone para uma ligação – pois desconfiava que o seu estivesse grampeado pela polícia –, Myrthes Bevilácqua Corradi relata que se sentiu envergonhada por ter ficado só em casa, afastada das atividades políticas. Durante o início da década de 1970, como professora, foi oportunizada a realizar um curso de matemática para poder atuar com as disciplinas de ciências e matemática. E em sua atuação como professora, foi aconselhada por uma colega de trabalho a ingressar na União dos Professores do Espírito Santo (UPES), que funcionava como um grupo de mulheres que se reuniam para discutir a educação do estado, e em uma dessas reuniões foi discutido sobre a necessidade de o grupo ter uma presidente e Myrthes Bevilácqua Corradi se apresentou para a função. Com a decisão de ser presidente da UPES, e pensando em como ser reconhecida pelos professores de todos os municípios, tomou a decisão de utilizar um lenço no cabelo como uma marca, e esta a acompanha até os dias atuais. Realizou visitas a todos os municípios do Espírito Santo, reunindo os professores e escolhendo os delegados por cada município visitado. Ao concretizar essa ação, realizou uma reunião com todos os delegados escolhidos das escolas estaduais, que ocorreu na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Es-

pírito Santo (EAMES), em Vila Velha, com a intenção de organizar o magistério capixaba. Passou a reivindicar junto ao governo melhorias para a classe dos professores e também a realizar atos públicos e passeatas, o que acarretou perseguição pelas forças policiais. Foi convocada à época a prestar depoimento em uma delegacia e várias mulheres que a acompanharam até o local se manifestaram contra uma possível prisão. Myrthes Bevilácqua Corradi falou que durante o depoimento, do lado de fora, era possível ouvir os gritos “solta, solta”. Este foi um movimento composto principalmente por mulheres professoras.

Sua atuação como Presidente da União dos Professores teve impacto no âmbito familiar. Devido à sua militância, teve pouco tempo para se dedicar à criação dos filhos, por isso, acredita que a sua participação na vida pública tenha prejudicado, de certa forma, a sua vida familiar. Seu filho, com 12 anos, chegou a ser detido e, para ela, essa ação ocorreu como uma forma de violência simbólica, pois os professores representavam um movimento de contestação às ações do governo vigente e Myrthes Bevilácqua Corradi, enquanto mulher e presidente da UPES, foi considerada “subversiva”. De acordo com Myrthes Bevilácqua, “eles” faziam aquilo para amedrontá-la, pois sua atuação à frente da UPES lhe deu grande visibilidade no cenário estadual, fato esse que a alçou para a carreira política. Destaca que sua vontade inicial era concorrer como deputada estadual, pois acreditava que poderia realizar um trabalho que atendesse às necessidades do magistério, no entanto, foi convencida por membros do PMDB, dentre eles o ex-governador Paulo Hartung, a se candidatar como deputada federal, e acabou sendo eleita para atuar na 47ª Legislatura durante o período de 1983 a 1987, com 46.604 (quarenta e seis mil e seiscentos e quatro) votos. Filiada ao PMDB, Myrthes Bevilácqua Corradi explica que, à época da campanha, junto com Rose de Freitas, que disputava a eleição para deputada estadual, procuraram o coordenador de campanha do partido, José Moraes, para conseguirem auxílio financeiro para fortalecer as suas campanhas e ouviram a seguinte frase: “Tem



gente que entra na campanha para ajudar e não para ganhar” (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014). Internamente, no partido, não havia a crença de que a candidata seria eleita e, sim, figuraria como apoio importante na tentativa de alavancar votos para o partido e ajudar na eleição de algum companheiro.

Myrthes Bevilácqua Corradi destaca que, durante a campanha até teve o apoio do esposo, mas que ele não acreditava que ela teria alguma chance de ser eleita. Na oportunidade de sua posse, em janeiro de 1983, para o cargo de deputada federal, ele participou da cerimônia, mas acabou solicitando a separação. Isto porque não aceitava ser visto como marido de uma deputada e nem exercer um papel social de menor relevância que a esposa. Myrthes Bevilácqua conta que precisou ficar com os filhos em Brasília e que foi um período de grandes barreiras e dificuldades na busca por conciliar a vida pública, a vida privada, principalmente no papel social de ser mãe. Atuando em Brasília, Myrthes salienta que tudo que realizava enquanto parlamentar era enviado à UPES em forma de materiais impressos para que fosse divulgado junto ao magistério, no entanto, as novas lideranças do sindicato não fizeram a divulgação desses materiais. Ela diz:

Lá em Brasília eu mandava tudo o que fazia para o Zé Aguilar e José Maria, que eram da UPES. Só que eles não divulgavam para o magistério. Eles tinham interesse em eleger o Vítor Buaiz porque já existia o Partido dos Trabalhadores. Logicamente não iam me eleger. Aí eu entendi que seria a única vez que eu seria deputada. Então, eu disse vou fazer o melhor que eu posso (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

E como Deputada Federal em Brasília sua atuação permitiu ocupar várias funções dentro do Congresso Nacional. Foi Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público, Vice-Presidente do Trabalho e Legislação Social, Vice-Presidente da Confederação

dos Professores do Brasil, Vice-Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e, também, Vice-Presidente da Federação Latino Americana de Trabalhadores. Myrthes Bevilácqua Corradi conta que as mulheres não conseguiam conquistar a função de presidente nas comissões. O fato de ser mulher, por si só, já excluía as deputadas de participarem das conversas junto aos colegas deputados. Para se ter uma ideia dessa exclusão, quando Myrthes iniciou seu mandato na câmara, em 1983, somente ela, Beth Mendes (PT/SP) e Cristina Tavares (PMDB/PE) eram mulheres em todo o grupo de parlamentares de oposição e não havia banheiro feminino nas dependências do prédio. Myrthes afirma,

Na câmara só havia um banheiro, o banheiro masculino [...]. Os companheiros se reuniam e vinham falar para gente o que a gente tinha que votar. Nós não podíamos participar das discussões, porque nós não podíamos entrar no banheiro masculino e muito provavelmente era no banheiro masculino que se resolviam os votos e, olha bem, não existia banheiro para as mulheres. Não existia. Eu falo isso para ver como era difícil ser deputada (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Partiu dela a iniciativa de criar o primeiro seminário sobre o trabalho da mulher, ocorrido em Brasília, nos dias 08 e 09 de maio de 1984, que objetivava discutir sobre os problemas relacionados ao trabalho feminino na sociedade brasileira. As dificuldades também estavam relacionadas à proposição de projetos de leis e de organizar movimentos como o Seminário O Trabalho da Mulher, voltados para as mulheres, notadamente no que diz respeito ao trabalho. Foi um Seminário suprapartidário e tinha como objetivo possibilitar a discussão ampla sobre os principais problemas relacionados ao trabalho feminino na sociedade brasileira. Foram discutidos temas como “A participação da mulher na política e na cultura”, “A mulher e as condições de trabalho na cidade”, “A mulher e as condições de

trabalho no campo” e também “A mulher e a legislação trabalhista”. Ao fim do encontro foi criada uma subcomissão na Comissão de Trabalho para que as temáticas relacionadas ao público feminino continuassem sendo debatidas no Congresso Nacional. Myrthes Bevilácqua Corradi salienta que, ao longo do seu mandato, apresentou diversos projetos, inclusive a lei que foi aprovada durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), de dedução de Imposto de Renda de encargos para domésticas. Também apresentou diversos projetos que beneficiariam os trabalhadores e, por duas vezes, lhe foi negada sua solicitação para a criação da Comissão de Direitos Humanos. Myrthes atribui essas negativas aos seus projetos ao fato de ser mulher e apresenta a seguinte reflexão:

Eu era mulher, como é que a mesa masculina ia colocar um projeto de mulher em votação? E era inédito. Porque eu não era mulher de deputado, eu não era mulher de senador, eu não era mulher de governador. Eu era simplesmente uma trabalhadora [...] eu não tinha nada. Eles não davam para a gente abertura, para poder crescer lá dentro do Congresso (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Myrthes Bevilácqua Corradi afirma que não conseguiu abertura para desenvolver seus projetos dentro do Congresso Nacional e apesar das limitações existentes apresentou diversas propostas legislativas voltadas para a correção das distorções nas leis brasileiras e até mesmo visando atualizá-las. Myrthes destacou que, na ocasião do movimento pelas Diretas Já<sup>5</sup>, era uma das várias mulheres que viajava pelo Brasil para participar dos palanques e falar em nome das mulheres sobre o movimento. E, apesar do Congresso, em 1984, não ter aprovado a emenda das “Diretas Já”, no ano de 1985, através das

eleições indiretas, Tancredo Neves seria eleito pelo PMDB para o cargo de presidente do Brasil. Em sua narrativa, Myrthes enfatiza que, durante a campanha para presidente que antecedeu as eleições foram realizados diversos jantares para a conquista do apoio dos deputados e cabia a ela, como Deputada Federal, “fazer o prato para o ex-presidente”. Muitas reuniões políticas foram feitas em sua casa, em Brasília, onde a deputada era a anfitriã, e figuras políticas de destaque no cenário nacional participavam dessas reuniões. Dentre essas figuras Myrthes citou a presença de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Freire. Ela, ainda, diz:

E Tancredo durante a campanha junto aos deputados. Para ele ganhar os votos dos deputados, todas as noites tinham jantares. A gente, às vezes, jantava três vezes. Eu que fazia o prato do Tancredo. Ele comia bem viu? Até hoje eu não entendo porque ele morreu. Ele estava muito bem de saúde. Eu o acompanhei o tempo todo (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Durante seus quatro anos como parlamentar, Myrthes Bevilácqua Corradi foi coordenadora da bancada dos deputados e senadores do Espírito Santo e enfatiza que foi bastante respeitada pelos colegas do Estado e de outros estados também. No entanto, a coordenação da mesa estava restrita à atuação pelo Estado do Espírito Santo, enquanto que as comissões na qual foi vice-presidente estavam relacionadas a todo o país. Como Deputada Federal, Myrthes afirma que não teve oportunidades de falar com os professores em uma assembleia, pois foi criado um grupo dentro do sindicato ligado ao PT que trabalhou por sua desconstrução como representante da categoria. Existia o interesse da nova diretoria da UPES na eleição de Vítor Buaiz para o cargo de deputado federal no pleito que se apresentava e, conseqüentemente, esses fatores a enfraqueceram politicamente. Todavia, afirma que,

5 Sobre o assunto ver KRAMER, Paulo. Dante de Oliveira: Ensaio biográfico e seleção de discursos. 2ª Ed. Brasília. Edições Câmara, 2013.

Estava feliz que tinha sido eleita e eu fui pra lá para agradecer aos professores. Aí quando eu entro, eu escuto uma vaia. Eu disse: essa vaia não pode ser pra mim. Eu fui eleita agora. Primeira assembleia, quinze dias depois. E a vaia foi puxada pelos companheiros do Partido dos Trabalhadores para mim. E eu não pude nunca mais falar numa assembleia de professores. Nunca mais! Naqueles quatro anos, nunca mais falei numa assembleia de professores. Para mim eu perdi o entusiasmo e o interesse de ser candidata de novo (BEVILÁQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Nas eleições ocorridas em 1986, Myrthes Beviláqua Corradi explica que atendendo a um pedido do ex-governador Max Mauro e aos interesses do partido, prejudicou a sua tentativa de reeleição para o cargo de deputada federal na Câmara dos Deputados, pelo fato de não se dedicar totalmente à campanha em troca da oferta da Secretaria de Educação após as eleições. Sua subordinação aos interesses partidários possibilitou que Vasco Alves pudesse ser o candidato do partido, sendo, conseqüentemente, o eleito. No entanto, após as eleições, e sendo derrotada nas urnas com pouco mais de quinze mil votos, foi convidada pelo governador eleito, Max Mauro, para o cargo de Secretária Estadual de Ação Social, na qual atuou apenas por um ano. Em 2010, recebeu o convite de Rita Camata (PSDB) para ser sua 3ª suplente ao Senado, mas não alcançaram sucesso.

Myrthes Beviláqua Corradi acredita que a pouca participação feminina na política está atrelada à insegurança da mulher e ao fato de não possuírem uma voz mais ativa que permita uma maior conquista do espaço de atuação política. Além disso, destaca que a parte financeira dos partidos durante a realização da campanha tem direcionamento diferente, beneficiando aos homens e prejudicando as mulheres. Enfatiza que, enquanto não houver um tratamento igualitário nos partidos, as mulheres continuarão sendo utilizadas como “laranjas” para o cumprimento de co-

tas que são exigidos a partir da Lei de cotas eleitorais<sup>6</sup>.

De acordo com Myrthes Beviláqua Corradi, suas principais barreiras na atuação política no âmbito do Poder Legislativo estiveram relacionadas às mesas diretoras, sempre presididas por homens que não aceitavam atender os projetos que apresentava o que impedia que esses projetos fossem à votação e pudessem ser aprovados. Apesar de ser bem aceita e ser bem tratada pelos deputados, atribui à questão de ser mulher o fato de não conseguir conquistar nenhuma presidência de nenhuma comissão. Myrthes narra que sua secretária alegava ter ouvido conversas nas quais os colegas do congresso faziam insinuações a respeito das mulheres eleitas. “Diziam que nós não éramos mulheres de verdade, associando a gente ao bissexualismo”. Como as mulheres em toda a história foram associadas à sexualidade, também os deputados colocaram em dúvida a orientação sexual das deputadas eleitas: “Diziam assim, quer ver? Tinha uma frase que dizia que deputada e puta é quase a mesma coisa” (BEVILÁQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Ao fim da entrevista, Myrthes Beviláqua Corradi afirmou que sua ‘marca’ foi ter desenvolvido um trabalho com integridade, sempre a favor do que era correto e, eventualmente, se seus projetos tivessem sido aprovados poderiam beneficiar muitos brasileiros. Em contraste com sua atuação no Congresso, apresenta um sentimento de remorso por não ter podido acompanhar melhor o crescimento dos seus filhos e tem a convicção de ter pagado um preço no desempenho de sua vida particular por ter exercido uma vida pública. Em sua narrativa ficaram evidentes que sua luta e atuação política são motivos de muito orgulho pessoal, no entanto, a ruptura com a estrutura social vigente lhe trouxe perdas no ambiente familiar e um sentimento de pesar, pelo fato

6 Ver Lei nº 9.504/97 em seu art. 10, § 3º passou a obrigar que cada partido ou coligação reservasse o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo a cargos legislativos, a fim de aumentar a presença feminina no cenário político brasileiro.

não ter tido a oportunidade de ser mais presente na vida dos seus filhos.

### A atuação política de Luzia Alves Toledo na Assembleia Legislativa do Espírito Santo

No ano de 2018, Luzia Alves Toledo completou trinta anos de exercício na vida pública e, durante esse período, exerceu dois mandatos de vereadora pelo município de Vitória e também foi vice-prefeita de Vitória, na gestão do prefeito Luiz Paulo Velloso Lucas (2000-2004). Cumpriu um mandato de um ano e quatro meses (12/01/1999 a 31/05/2000) no Senado Federal e na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo atuou por quatro mandatos consecutivos, como deputada estadual (2004, 2006, 2010 e 2014), ocupando diversos cargos: foi Presidente da Comissão de Turismo; vice-presidente da ALES; Presidente da Comissão de Educação; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar; Presidente da Frente em Defesa do Artesão e do Artesanato Capixaba; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Água e Presidente da Frente da Frente Parlamentar em Defesa das Energias Alternativas. É importante ressaltar que ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no período de 30 de janeiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2009.

Luzia Alves Toledo explica que sua atração pela política partidária teve uma forte influência do pai de criação, Rubens Rangel, que foi prefeito de Mimoso do Sul, deputado federal, vice-governador do Estado do Espírito Santo (1963-1966) e governador do Espírito Santo (1966-1967). Criada, portanto, em uma família de políticos, Luzia teve a oportunidade de entrar em contato direto com a vivência política partidária. E, de acordo com a deputada, foi essa conjuntura que moldou a sua personalidade, onde aprendeu valores como “Respeitar o próximo, ter

disciplina e ser simples”. O seu apreço pelas questões sociais contribuiu para sua escolha de fazer parte do universo político, pois acreditava que seria um mecanismo para colaborar com os diversos segmentos sociais. Para a deputada, sua entrada na política de forma oficial deu-se devido ao fato de o partido do PSDB apresentar uma proposta de centro esquerda, o que a convenceu que seria importante trabalhar com as causas relacionadas aos direitos humanos e ao meio ambiente, temáticas essas que mexeram com sua vontade de atuar politicamente, embora admita que não pensasse, naquele momento, que o ambiente político era tão masculinizado.

Em 1988, lançou-se candidata como vereadora pelo PSDB e alcançou a votação necessária para ser eleita. Como vereadora, Luzia Alves Toledo deu destaque à criação da primeira ciclovia do Estado, construída no Bairro de São Pedro, beneficiando os trabalhadores locais em sua locomoção. Conseguiu angariar recursos federais para criar o primeiro Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT), na Ilha de Monte Belo, em Vitória, e, desde então, afirma ter abraçado a causa em prol da recuperação de dependentes químicos, por ser este um problema que atinge muitas famílias. Ainda atuando como vereadora, propôs o Projeto de Lei nº 42/1995<sup>7</sup> que instituía a obrigatoriedade de um atendimento ambulatorial e psicológico às vítimas de violência doméstica e sexual e casos de estupro em todos os hospitais e unidades de saúde do município.

Luzia Alves Toledo foi a primeira mulher espírito-santense a ocupar o cargo de senadora. Foi, também, em âmbito nacional, a primeira mulher da sigla do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. A Deputada afirma que durante o período que atuou na função, de janeiro de 1999 a maio de 2000, foi o melhor momento do Senado Fe-

7 Portal da Câmara Municipal de Vitória – ES. Disponível em <http://sistema.cmv.es.gov.br/spl/consulta-producao.aspx?autor=97>. Acesso em fevereiro de 2019.

deral. Sob o comando de Antônio Carlos Magalhães, a casa era composta por diversas pessoas com muito vigor cultural, político e social o que contribuiu muito para seu aprendizado. Como senadora, apresentou diversos projetos voltados para a inserção do turismo estadual no cenário nacional, porém, destaca que o seu projeto mais importante foi o que solicitava a permissão aos avós de terem contatos com os netos no litígio do casal, projeto que ficou conhecido como Direito dos Avós. O projeto de lei ficou em tramitação no Congresso desde 1999, só sendo sancionado no ano de 2011 pela ex-presidenta Dilma Rousseff, com a denominação de Lei 12.398/11, que estendeu aos avós, a critério do juiz e considerados os interesses da criança ou do adolescente, o direito de visita já garantido ao pai ou à mãe que não tem a guarda do filho. Ela destaca que esse projeto foi apresentado no Senado ao receber uma carta de um casal de avós, moradores do município de Vila Velha, e que a primeira pessoa a usufruir das benesses desse preceito foi a atriz global Beth Farias. No espaço temporal que atuou como senadora, Luzia Alves Toledo enfatiza não ter nenhuma recordação de qualquer episódio na qual tenha sido destratada por algum colega da casa. Todavia, afirma que:

Absolutamente não tive um senão no Senado Federal. Não me lembro de ter chegado perto de um Senador e ele ficar sentado, que é o normal na política. Os homens ficam sentados e dão o rosto para as mulheres beijarem. Você acredita nisso?! É verdade. Eles não levantam, mas para mim levantavam (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

No decurso de sua atuação no Senado Federal, Luzia aprendeu a desenvolver uma convivência de igual para igual com os demais colegas. Com sua saída do Senado foi convidada para ocupar a pasta da Secretaria de Estado do Turismo<sup>8</sup> (SETUR/ES), no go-

verno de José Ignácio Ferreira, e, também, respondeu pela Secretaria de Cultura.

Como Deputada Estadual, exerceu a função por quatro mandatos consecutivos, sendo iniciado durante a legislatura de 2002, quando disputou pela primeira vez uma vaga na Assembleia Legislativa pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), obtendo 16.007 votos os quais não foram suficientes para elegê-la, tornando-se a primeira suplente do partido. Dois anos depois, quando Gilson Amaro deixou o cargo para ser prefeito de Santa Teresa, Luzia assumiu o cargo de Deputada Estadual. Em 2006, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), alcançou 21.598 votos e iniciou o seu segundo mandato. Nas eleições de 2010, foi reeleita para seu terceiro mandato pelo PMDB, obtendo 23.626 votos. Em 2014, novamente como candidata do PMDB, alcançou 24.375, o que fez dela a mulher mais votada para Assembleia Legislativa até aquele ano. Um fato importante na trajetória da Deputada foi assumir a Presidência do Poder Legislativo Estadual<sup>9</sup> no ano de 2009, na ocasião da renúncia do então presidente Guerino Luiz Zanon, que foi eleito prefeito do município de Linhares. Apesar de ter ocupado o cargo durante trinta dias, sua escolha para a função tem um forte poder simbólico para as mulheres, pois ao longo de toda história da ALES foi a primeira vez na história do Espírito Santo que uma mulher conquistou tal esfera de poder. Luzia Alves Toledo enfatizou que direcionou sua atuação na casa como uma representante legítima em defesa das políticas públicas para as mulheres. E, destaca que

Em relação à mulher nós conseguimos através do fórum que fui presidente. E já fizemos 12 edições desses fóruns. Nós conseguimos melhorar né? O respeito do governo às políticas públicas da mulher [...]. Nós começamos com uma gerência da mulher

vel em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/eu-sou-leal-por-conviccao>. Acesso em dez. de 2018.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://ptb.org.br/luzia-toledo-faz-historia-ao-assumir-presidencia-da-assembleia-capixaba/>. Acesso em 28 de fev. 2019.

na Secretaria de Direitos Humanos. Hoje, nós temos uma subsecretária da mulher na Secretaria de Direitos Humanos. Isso foi um avanço muito grande (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

A Deputada salienta que, também, percorreu todo o Estado para discutir a Lei Maria da Penha e que trouxe o tema violência contra a mulher para uma discussão ampla na Assembleia Legislativa, possibilitando que o Estado se apropriasse da Lei Maria da Penha, o que, conseqüentemente, oportunizou muitas discussões sobre o feminicídio. Luzia Alves Toledo ressaltou que, na ALES, ela se apresentou como a representante da voz das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, atuando como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar.

Com relação à mulher, nós criamos também aqui a Frente Parlamentar das Políticas Públicas para a Mulher. Foi aí que nós conseguimos fazer uma interação com a Universidade Federal do Espírito Santo. Foi onde eu conheci a Professora Maria Beatriz Nader e conheci a Ethel Leonor que é a nossa Vice-reitora (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Há 12 anos realiza o Fórum de Políticas Públicas para a Mulher e enfatizou que o Fórum trouxe importantes conquistas, como a implantação do Programa do Botão do Pânico, a Criação da Subsecretaria da Mulher vinculada à Secretaria de Direitos Humanos, a Implantação do estudo da Lei Maria da Penha nas escolas da rede estadual e a Criação do Laboratório de Pesquisas sobre Violência contra a Mulher, localizado e administrado pela Universidade Federal do Espírito Santo, além da indicação para a criação da Ouvidoria da Mulher na ALES. Pinto (2010) considera que é essencial que haja participação das mulheres na vida político-partidária que auxilie no processo de implantação de políticas públicas referentes às

mulheres, pois a pouca participação feminina acarreta prejuízos às suas demandas. Para Luzia Alves Toledo essa pouca participação feminina no universo político está relacionada ao temor das mulheres em associar seu nome às práticas de corrupção. Sobre o assunto ela menciona que:

A mulher na política sofre muito [...]. Para a mulher entrar na política é difícil. Por quê? Porque a mulher também tem uma dificuldade muito grande de entrar na política. Porque a mulher é mais séria, a mulher tem mais compromisso. Ela morre de medo da corrupção. Então quando você convida um bom nome para fazer parte da política, ela diz assim: Esse ambiente é muito corrupto (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Luzia Alves Toledo ressaltou que atuou no Poder Legislativo empenhando seus esforços por uma educação de qualidade e que, no ano de 2015, como Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, trabalhou pela aprovação e implantação do Projeto Escola Viva, um projeto importante que trouxe para o ensino médio a consolidação do protagonismo do aluno em seu processo de aprendizagem. A implantação das escolas de tempo integral tornou possível, em sua análise, dialogar transversalmente sobre a Lei Maria da Penha, que faz parte da transversalidade dos conteúdos da Secretaria Estadual de Educação. No ano de 2018, mais de 30 unidades de escolas em tempo integral encontrava-se em pleno funcionamento.

A Deputada destacou que criou leis importantes em diversos segmentos. A Lei nº 8.745, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do estado acondicionar os produtos em embalagens plásticas oxibiodegradáveis (OBPs), o que rendeu prêmio internacional ao governo Paulo Hartung, no ano de 2007, por ter sido o primeiro Estado a implantar uma lei com tal característica. A Lei 8.524/2007, conhecida por Adote Uma Nascente, instituiu no âmbito estadual o programa que tem

<sup>8</sup> Entrevista concedida a Rogerio Medeiros – Século Diário. Disponí-



por objetivo recuperar as nascentes em áreas degradadas e preservar as que ainda não foram deterioradas. Atualmente, o projeto está sob a gerência da Secretaria de Meio Ambiente, através do Programa Reflorestar, que prevê ações de reflorestamento e diretrizes educativas que influenciam positivamente a participação de alunos no processo de preservação e recuperação de nascentes. Outra temática social que recebeu atenção da deputada foram os cuidados com os idosos. Por essa atuação, ela se tornou a madrinha da Sociedade de Assistência à Velhice Desamparada de Vitória. Luzia afirma que

Eu acho que a melhor idade precisa do respeito da sociedade. Seja na sua casa, com seu pai, seu avô, seu tio ou na sociedade em geral. No Brasil não se respeita o idoso. No Brasil não há essa cultura de se respeitar aquele que fez. Aquele que passou experiência para nós. Não se tem aqui essa cultura. Então esta é uma de minhas lutas aqui nesta casa (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Luzia Alves Toledo salientou que também possui o título de embaixadora da Fazenda da Esperança, uma comunidade para recuperação de diversos tipos de pessoas com dependência química, por meio da convivência, trabalho e prática dos ensinamentos do Evangelho. Desde 2009, Luzia Toledo trabalha pela implantação de unidades da fazenda no Estado, sendo que atualmente existem duas comunidades terapêuticas autossustentáveis, uma no município de Alegre, com capacidade para atendimento de 150 mulheres, e outra localizada no município da Serra, com capacidade para 60 pessoas. Foi enfatizado pela Deputada o seu trabalho desenvolvido com o turismo e cultura, sendo ela a idealizadora do Projeto Rota Imperial, um projeto turístico do Estado que abrange 15 municípios: Vitória, Cariacica, Viana, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Domingos Marins, Venda Nova do Imigrante, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Castelo, Muniz Freire, Iúna, Ibatiba, Irupi e Ibitirama. O caminho construído por

ordem da Coroa Portuguesa no período imperial da História do Brasil insere o Espírito Santo no âmbito da Estrada Real potencializando a atividade turística. No ano de 2016, em comemoração aos 200 anos da Rota Imperial, foi realizada a 7ª Expedição Tropeira, de Ouro Preto - MG até Vitória - ES. A deputada Luzia Alves Toledo participou da expedição e chegou ao Palácio Anchieta com os tropeiros que foram recebidos pelo Governador Paulo Hartung.

Em relação à questão da disponibilização de recursos dentro do partido, Luzia Alves Toledo deu destaque ao fundo partidário que iniciou no ano de 2018 e que os partidos terão que seguir por força da lei, mas apontou que antes dessas leis os partidos não repassavam recursos para as mulheres de forma equânime aos homens, sendo que, inclusive, ela mesma em algumas campanhas, não foi beneficiada com dinheiro para investir em sua jornada. Salientou a dificuldade de conciliar sua vida pública com os acontecimentos da esfera privada, pois sua agenda de compromissos políticos sempre foi muito intensa, o que, em seu entendimento, foi uma relação de dedicação e compromisso comparada a um casamento. A deputada informa que

Durante esses anos todos [...] fiz muita força para estar presente nos acontecimentos importantes das duas famílias. Da família Rangel e da minha família biológica. Que é a minha família Toledo. Então eu fiz muito esforços, mas não foi fácil. Porque realmente eu tinha uma agenda muito grande [...]. Se eu tivesse, por exemplo, um marido quando eu entrei na política eu já tinha me separado. Porque ninguém aguenta, nem minha assessoria me aguenta, quanto mais um marido né?! Então fui casada com a política durante esses 30 anos (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Luzia Alves Toledo enfatizou, ainda, que, graças ao padrão moral que trouxe de sua formação familiar, não há nada na vida pública que questione o seu caráter como sujeito político. E que, apesar dos obs-

táculos ao longo da carreira, se considera uma vencedora. Ao ser questionada sobre tratamento diferenciado de gênero em sua atuação no poder legislativo a deputada destacou que

Acho que também eu tenho uma coisa que me ajuda bastante, porque eu trabalho muito. E em qualquer lugar que eu passei, seja como diretora de escola em Mimoso do Sul, ou professora, advogada pela Companhia Docas do Espírito Santo, (codesa) na qual trabalhei durante 18 anos, e na política há 30 anos com mandatos, eu sou muito respeitada. Então acho que isso fez com que eu continuasse. O desrespeito dos homens pelas mulheres, claro que vi e claro que eu senti, mas não foi uma coisa que tenha me impossibilitado de continuar trabalhando, fazendo uma política com P maiúsculo, igual eu fiz todos esses anos (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Ao término do seu quarto mandato como Deputada Estadual na 18ª Legislatura, Luzia Alves Toledo não conseguiu sua reeleição, obteve 17.312, votos que não foram suficientes para a manutenção do cargo. A Deputada destacou que seu maior legado é o que deixa para as futuras gerações, trinta anos de seriedade, de transparência, de compromisso com o povo e de um trabalho por todo o estado do Espírito Santo, uma vez que “é da minha natureza, dá a palavra e cumprir. Eu acho que na política está faltando isso, respeito pelo povo”.

### Considerações finais

A História das Mulheres no contexto espírito-santense não se difere da conjuntura nacional, apesar de apresentar algumas particularidades. Evidenciamos, ao longo do estudo, indícios de violência simbólica, de exploração e de subjugação sócio-político, econômico e cultural, que também permearam as trajetórias das mulheres espírito-santenses na política. Foi

neste quadro, no qual as mulheres estiveram condicionadas à hierarquia de gênero, que contemplamos as rupturas provocadas por elas ao adentrarem nos espaços de poder, possibilitando, assim, desenvolver a sua autossuficiência e condição de cidadã.

As mulheres apresentadas neste estudo lutaram para se adaptar aos consideráveis desafios de uma posição altamente competitiva, um espaço onde sempre imperou o comando do homem. A carreira pública das mulheres está mais vulnerável aos obstáculos advindos da concepção social que ainda visualizam no espaço privado o *lôcus* da atuação feminina. Foi somente no ano de 2011<sup>10</sup> que a primeira mulher conseguiu ocupar um cargo em uma das mesas diretoras da Câmara dos Deputados. Foram necessários quase dois séculos para que uma mulher conseguisse ocupar tal cargo no Congresso Nacional, talvez em decorrência da importância atribuída a estes cargos que são os responsáveis pela gestão de recurso e a fixação das pautas no plenário.

Na trajetória descrita da ex-deputada Myrthes Bevilacqua Corradi, tais obstáculos repercutiram diretamente em sua atuação partidária, culminando no exercício de apenas um mandato como Deputada Federal e não conquistando a aprovação de projetos de leis importantes para a sociedade brasileira. É importante destacar que sua atuação como parlamentar criou divergências significativas em sua vida familiar. No que se refere à atuação da Deputada Luzia Alves Toledo, apesar de reconhecer a existência dessas barreiras e de ter enfrentado dificuldades no tratamento igualitário dentro dos partidos e na conciliação da vida pública com a sua agenda da vida privada, afirma que esses fatores não foram impeditivos para conquistar um espaço importante na política legislativa, pois reconhece que se “casou com a política”.

Este estudo demonstra que as mulheres continuam vivendo entre o público e o privado, fato este

<sup>10</sup> Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo, é a primeira mulher a ocupar um cargo na Mesa Diretora da Câmara em 185 anos de funcionamento da Instituição.



que atesta a concepção de que o gênero estabelece espaços, competências e obrigações femininas e masculinas. Foi possível verificar com as ex-deputadas que elas possuem a compreensão da vigência de um sistema patriarcal conservador que contribuiu para uma limitada participação das mulheres na atuação política parlamentar, evidenciando, assim, a preponderância do preconceito de gênero como principal obstáculo que as mulheres encontram nessa atuação política. Procuramos demonstrar o perfil das ex-deputadas no âmbito da atuação parlamentar, em especial, no que se refere às suas ações políticas, projetos apresentados e impressões sobre suas experiências em um espaço historicamente masculinizado.

Desta forma, buscamos contribuir para a reflexão sobre a existência de uma sociedade brasileira que ainda convive com vestígios das práticas patriarcais, sistematizadas na forma de um patriarcado contemporâneo, sendo que o papel de protagonismo político ainda está atrelado à representação do poder legislativo na figura do sujeito masculino que, até o momento, manifesta obstáculos na comunhão desse espaço de poder com as mulheres. Na democracia brasileira se evidencia um hiato entre mulheres e homens, bem visível quando investigamos a composição das Assembleias Legislativas e do Congresso Nacional, locais onde há pouca representação por parte das mulheres.

É importante enfatizar que, para a ocorrência de maior sucesso das mulheres na política institucionalizada, se faz necessário valorosas discussões e transformações nos papéis tradicionais de gênero que são representados nos domínios da vida cotidiana. São mudanças que devem perpassar pelo campo político e pela vida particular, além de transformações efetivas no modelo de como se situa a organização político-eleitoral brasileira, que contribui para as dificuldades no acesso ao poder político pelas mulheres.

## Referências

### Fonte Oral

CORRADI, Myrthes Bevilacqua (81 anos). Entrevista concedida ao autor do artigo em 08 dez. de 2014

TOLEDO, Alves Luzia (78 anos). Entrevista concedida ao autor do artigo em 12 dez. de 2018.

### Obras de Apoio

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011.

DAMARTINI, Márcio Gomes. *A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973-1981)*. 2016. 175f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de; OLIVEIRA, Ueber. (Org.). *O Estado do Espírito Santo e a Ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM Editora, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed Vitória: Edufes, 2001.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTAL DO SENADO. Senadores – Luzia Alves Toledo. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso Fev. 2019;

Portal da Câmara Municipal de Vitória – ES. Disponível em <http://sistema.cmv.es.gov.br/spl/consulta-producao.aspx?autor=97>. Acesso em Fev. 2019;

TOLEDO, Luzia. Perfil. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/spl/deputado.aspx?id=27>. Acesso em Fev. de 2019;

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SOARES, Renato Viana. *Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das (os) professoras (es) através da mídia impressa (1945/1995)*. Vitória: ITB, 2005.

SOUZA, Dayane Santos de. *Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização*. 2014. 265f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.